

REPÚDIO AO VETO:

GREVE NELES!



*Servidores intensificam
mobilização pela reposição
salarial e exigem STF na
negociação*

PLC 28/15



**ASSEMBLEIA GERAL e GRANDE ATO DE REPÚDIO AO VETO
e PELA REPOSIÇÃO SALARIAL
Quarta-feira, 29, às 13, TRF-3 - Av. Paulista**

Salário perde para a inflação, mesmo com PLC 28

Economista mostra que custo de vida corrói reajuste previsto no projeto; situação piora com proposta do MPOG

Mesmo se o PLC 28/2015 fosse sancionado pela presidente Dilma Rousseff (PT), ainda haveria perda significativa na remuneração dos servidores do Judiciário Federal frente à inflação atual e à projetada para os próximos anos. O projeto foi vetado pela presidente no dia 21 de julho.

Cálculos do economista Washington Moura Lima, assessor do Sintrajud, mostram que em junho o reajuste necessário para repor a remuneração no patamar de junho de 2006 (quando foi aprovado o último Plano de Cargos e Salários) seria de 48,48%.

Nesse período, o Índice do Custo de Vida (ICV) do Dieese aumentou 71,90%, enquanto a remuneração dos servidores foi reajustada em apenas 15,76%, parcelados em três anos (2013, 2014 e 2015, com 5% a cada ano).

A inflação de 2015 já está em 7,03% de janeiro a junho, bem superior aos 5,5% de reajuste que o governo está oferecendo a todo o funcionalismo federal para janeiro do ano que vem.

Perda inflacionária

Segundo o economista, a expectativa é que a inflação continue em alta até pelo menos agosto, quando os índices do custo de vida devem chegar perto de 10% no período de 12 meses. “A partir de setembro é que deverá começar um ligeiro declínio, mas em 2016 a perspectiva ainda é de uma inflação superior à de 2014, que pelo ICV foi de 6,73%”, diz Washington.

Numa estimativa “conservadora”, o economista calculou que a inflação acumulada desde o último PCS chegará a 77,12% no final deste ano, considerando que o ICV fique em 0,5% ao mês de ju-

lho a dezembro. O reajuste médio proposto no PLC 28/2015 (ponderado de acordo com o número de servidores em cada padrão da carreira) é de 56,11% na carreira efetiva até 2017.

O reajuste no total dos vencimentos é ainda menor, ficando em 36,27%, já que não são corrigidas as outras parcelas da remuneração, como as gratificações, comissões, etc. Logo, haveria grande perda inflacionária nos salários dos servidores mesmo com a aprovação do projeto.

O parcelamento do reajuste até dezembro de 2017 contribui muito para essa perda. O economista lembra que o projeto original, que resultou das reuniões de um grupo de trabalho formado por representantes do Judiciário e das entidades da categoria, previa a aplicação integral do reajuste de uma só vez, em dezembro de 2014.

O parcelamento partiu do presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, que tomou essa iniciativa sem consultar as entidades sindicais dos servidores.

“Engodo” do governo

A situação fica ainda pior com a proposta do Ministério do Planejamento ao conjunto do funcionalismo federal: reajuste de 21,3%, dividido em quatro parcelas anuais a partir de janeiro de 2016 (5,5%, 5%, 4,75% e 4,5%). Para o economista, trata-se de um “verdadeiro engodo”, que desconsidera a defasagem salarial passada e amplia o prejuízo dos servidores nos próximos anos.

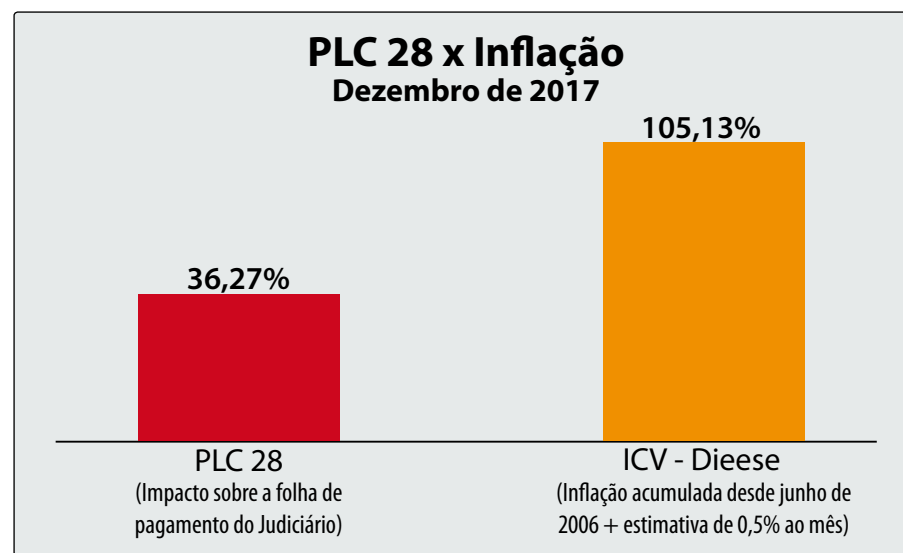
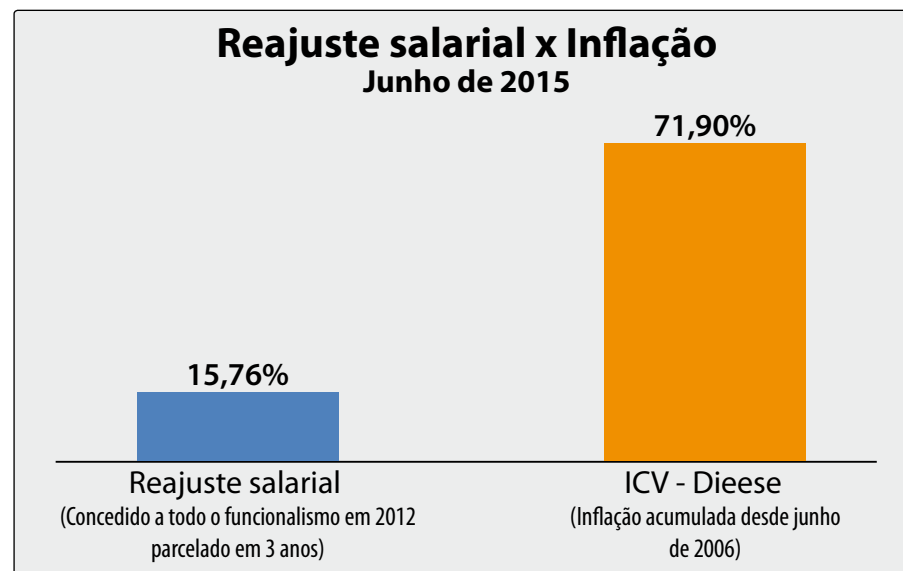
“A perda histórica será para sempre esquecida”, diz Washington. “Os índices anuais propostos estão também muito abaixo da expectativa de inflação para este e para os próximos anos”, acrescenta.

Em janeiro de 2019, depois de aplicada a última parcela dessa proposta, os servidores ainda precisariam de um reajuste de 56,65% para repor as perdas da inflação, considerando a estimativa conservadora de uma inflação mensal de 0,5%.

Custo do PLC

A folha de pagamento do Poder Judiciário da União é de R\$ 28,6 bilhões. O custo do PLC é de R\$ 1,4 bilhão em 2015, ou 5,01% da folha. Em 2018, ano em que estará integralizado, o custo do PLC sobre a folha de pagamento chegará a 36,27%, mas o reajuste necessário para repor a remuneração no patamar do PCS-3 (junho de 2006) seria de 77,20%.

“Ou seja, o aumento na folha não corresponderá nem à metade do reajuste que será necessário para recompor a remuneração”, diz Washington. “Na proposta do Ministério do Planejamento, a situação fica ainda mais dramática, pois até lá o reajuste acumulado seria de apenas 16,03%”, compara o economista.



Fenajufe solicita audiência urgente com Lewandowski

Federação quer participar das discussões sobre a recomposição salarial da categoria junto ao MPOG

Como parte dos trabalhos nesta fase da luta pelo reajuste da categoria, a Fenajufe solicitou audiência urgente com o Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, e demais presidentes dos tribunais superiores. O ofício foi protocolado na sexta-feira, 24.

A solicitação chegou ao STF no mesmo dia em que

o diretor Amarildo Vieira e o secretário de Gestão de Pessoas do STF, Cícero Rodrigues de Oliveira Gomes, se reuniram com a equipe técnica do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Nenhum representante dos servidores do Judiciário federal participou da reunião, onde, ironicamente, foi discutida a

recomposição salarial dos salários dessa categoria.

Na reunião, foram estabelecidas premissas e calendário para conclusão dos trabalhos de negociação e definido um cronograma de trabalho que obedece aos prazos limites para o envio de propostas orçamentárias a serem executadas a partir de 2016.



Justiça Trabalhista terá greve total contra a repressão

Servidores reagem à Portaria 45 com intensificação da greve nos dias 28 e 29 e “Marmitão” na Consolação nesta terça-feira

“Não tem arrego!”, gritavam os servidores da Justiça Trabalhista no Fórum Ruy Barbosa, na tarde desta segunda-feira, 27. Os trabalhadores fizeram uma assembleia setorial para discutir a Portaria 45, que põe em risco o direito de greve dos servidores e que foi publicada no mesmo dia.

Assinada pela presidente do TRT-2, Silvia Pondé Galvão Devonald, a portaria fixa em 70% o percentual mínimo de servidores que devem trabalhar em cada unidade do Tribunal durante a greve. Além disso, a norma impõe o desconto do Auxílio Alimentação e do Auxílio Transporte dos grevistas e exige que eles sejam identificados pela chefia.

Para o advogado e assessor jurídico do Sintrajud, César Lignelli, a portaria é irregular e ataca um direito constitucional de todos os trabalhadores: o direito de greve. “Os serviços essenciais estão sendo garantidos desde o início da greve; não há perda de prazo porque os prazos estão suspensos; ou seja, essa portaria é cheia de ir-

regularidades, é uma tentativa de acabar com a greve”, afirmou.

A medida foi recebida com grande revolta pelos servidores da Justiça Trabalhista. “O que está em jogo hoje não é apenas a nossa reposição salarial, é o nosso direito de greve”, declarou o servidor da JT Barra da Funda, Marcus Vergne. “Se a gente naturalizar esse ato autocrático da desembargadora, estamos sujeitos a não poder mais nos manifestar neste prédio”, acrescentou. “Não vamos baixar a cabeça, vamos lutar até o fim.”

Em resposta ao ataque, os servidores farão greve total na Justiça do Trabalho nesta terça e quarta-feira, dias 28 e 29. Além disso, promovem nesta terça o “Marmitão” – uma manifestação em frente ao TRT Consolação. Os trabalhadores prometem fazer muito barulho para derrubar a portaria.

“Já que nosso auxílio-alimentação está sendo cortado, vamos almoçar todo mundo na Consolação”, afirmou o servidor Henrique Sales. “Essa portaria é a prova de que nossa greve está incomodan-



Contra a Portaria 45, servidores intensificam a greve

do e a resposta que nós vamos dar é mais greve; vamos dobrar essa greve com força, coragem e união.”

Uma reunião entre a presidente do TRT-2 e representantes do Comando de Greve já está marcada para esta terça-feira, às 11h40. Será apresentado um pedido para reconsideração da medida.

Olê, Olê, Greve!

Após a assembleia, os servido-

res fizeram um arrastão no Fórum Ruy Barbosa. Para mostrar a força da greve, eles percorreram todos os andares do prédio, munidos de apitos e vuvuzelas.

“Não vamos deixar uma medida arbitrária como esta acabar com nossa greve; vamos aumentar a greve, parar tudo na terça e quarta, essa será nossa resposta política”, disse Inês Leal, servidora da JT e diretora do Sintrajud.

Greve será decisiva para Congresso apreciar o veto

Mobilização pressiona parlamentares contra decisão de Dilma (PT) e para que o STF reabra negociação com o governo

Hélcio Duarte Filho

O governo teme que o veto presidencial ao projeto salarial dos servidores do Judiciário Federal seja derrubado. É o que indicam declarações de senadores próximos ao Planalto e a intenção da presidente Dilma Rousseff (PT) de incluir a questão no “pacto” que pretende propor na reunião que planeja realizar nos próximos dias com governadores.

Derrubar vetos presidenciais não é fácil. Mas não é impossível. A crise política que vive o governo e a já escancarada falta de coesão da base aliada na Câmara e no Senado são elementos a serem considerados, diante da forte pressão que os servidores vêm exercendo nos últimos meses. E há precedente no caso de reajustes. Em 2005, o Congresso derrubou o veto do então presidente Lula ao reajuste nos salários dos servidores do Poder Legislativo e do TCU.

Não é possível, porém, prever quando deputados e senadores vão apreciar o veto da presidente Dilma ao PLC 28. Segundo o

cientista político e assessor parlamentar Antonio Queiroz, que assessora a federação nacional (Fenajufe), as sessões do Congresso que analisam projetos vetados ocorrem toda terceira terça-feira de cada mês – a próxima, portanto, será no dia 18 de agosto.

Cabe ao presidente do Senado e do Congresso Nacional, Renan Calheiros (PMDB/AL), convocá-las. Mas ele também tem a prerrogativa de marcar reuniões extraordinárias para apreciar os vetos.

Pauta trancada

Hoje, há 18 vetos da presidente Dilma trancando a pauta do Congresso. Outros quatro devem ser acrescentados à lista em agosto. Eles impedem, por exemplo, que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2016 seja votado. O veto ao PLC 28 passa também a trancar a pauta a partir do dia 21 de agosto.

Isso, no entanto, não é condição para que ele seja votado. O veto do reajuste do Judiciário pode ou não ser apreciado no próprio dia 18 ou mesmo numa reunião extraordinária que venha a ser convocada pelo presidente do Congresso.

Essa antecipação ainda não foi sinalizada, mas pode acontecer.

Para isso, é necessário que a ordem de chegada dos vetos ao Legislativo seja respeitada – isso é uma condição adotada a partir de recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema.

Os vetos costumam ser votados em bloco. Os parlamentares votam por meio de uma cédula digital. Apenas os vetos destacados por lideranças partidárias são objeto de debates e votados no painel eletrônico.

Para derrubar o veto, são necessários os votos da maioria absoluta dos deputados e senadores das duas casas, Câmara e Senado. Caso isso não ocorra em uma delas, o veto é mantido, mesmo que a soma total dos votos atinja a maioria absoluta dos parlamentares. As últimas sessões do Congresso, porém, não têm dado quórum.

LDO

Na lista dos vetos a serem mantidos ou derrubados há casos do mês de abril. Existe, é verdade, uma pressão para que eles sejam votados por conta do Projeto da LDO de 2016, imobilizado pela

pauta trancada. Como não há prazo para que um veto seja votado, a apreciação do PLC 28 é naturalmente uma questão de vontade política das lideranças partidárias. São necessários os votos de 257 deputados e 41 senadores para derrubá-lo.

Antes de Dilma vetar o projeto, os sindicatos e servidores já haviam coletado assinaturas de mais de 300 deputados e 50 senadores favoráveis à sanção do PLC 28. A empreitada deve continuar, assim como a greve nacional de uma categoria que recebeu com revolta e indignação a decisão da presidente Dilma Rousseff de vetar o projeto salarial, de autoria do STF, sob os argumentos de que ele é inconstitucional e contrário ao interesse público.

Previsão orçamentária

A greve e a mobilização para derrubar o veto são também para exigir que o Poder Judiciário, por meio do STF, negocie com o governo e assegure os recursos necessários para a implantação do projeto – o que, hoje, esbarraria na falta de previsão orçamentária, mesmo que o veto seja derrubado.

Servidores mantêm mobilização em todo o país

A greve continua em 22 estados e no Distrito Federal; trabalhadores lutam contra o veto e pela reposição salarial

Dilma tentou, mas não conseguiu arrefecer a luta dos servidores do Judiciário Federal. A greve continua em 22 estados brasileiros e no Distrito Federal.

Apenas Rondônia, Acre, Piauí e Sergipe suspenderam a paralisação, mas continuam em estado de greve e, no caso de Rondônia e Acre, vão avaliar a retomada do movimento paredista em Assembleia Geral, marcada para o dia 5 de agosto. Já o Piauí retorna à greve no dia 12.

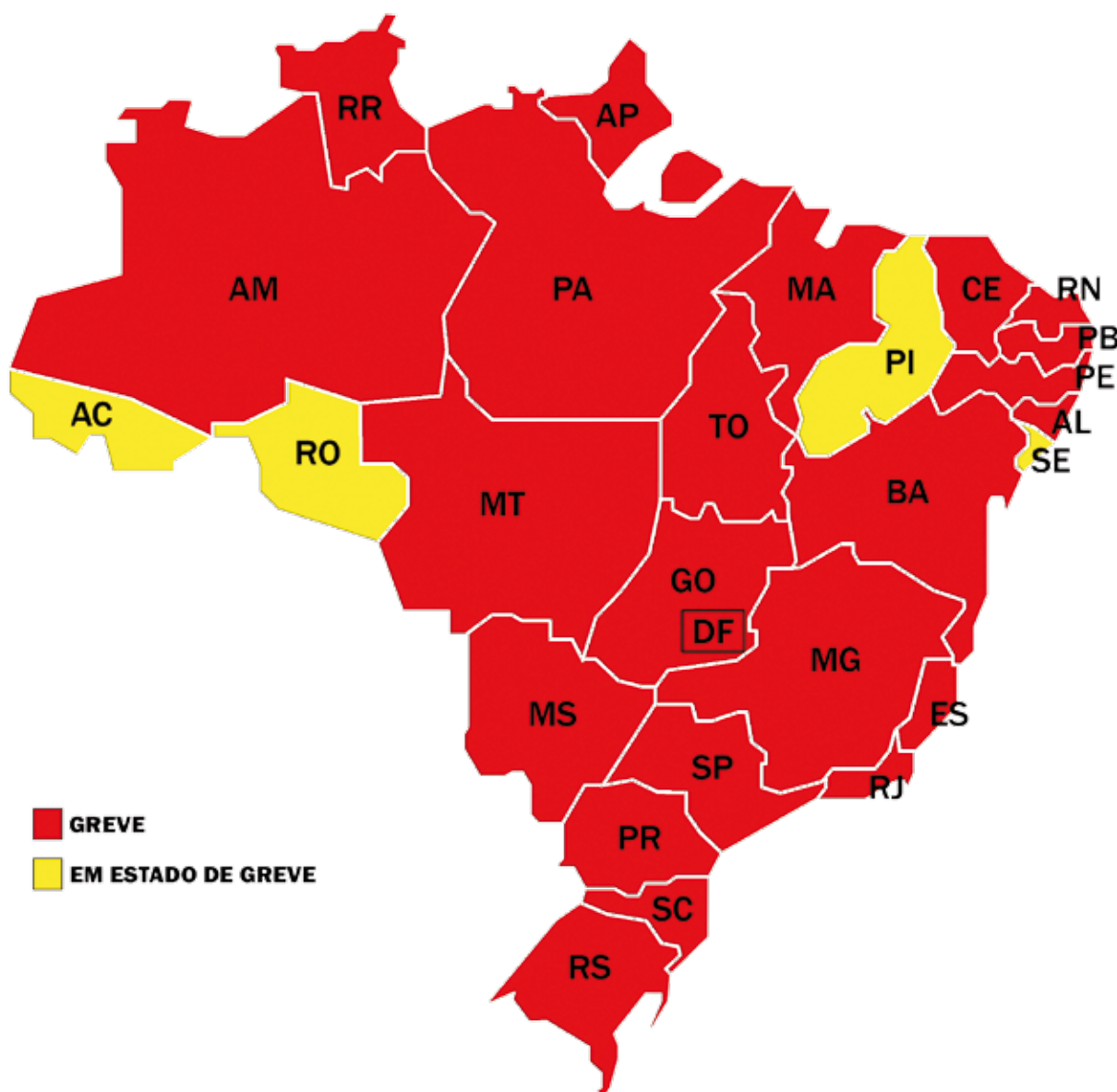
Todos os demais estados decidiram intensificar a mobilização neste momento, que é decisivo para a categoria. Os servidores vão continuar fazendo manifestações, com o Judiciário parado pela reposição salarial e na luta pela derrubada do veto.

Já está marcado para esta quarta-feira, dia 29, o Dia Nacional de Repúdio ao Veto e Pela Reposição Salarial. Em todo o Brasil, os trabalhadores do Judiciário farão greve total.

Em São Paulo não será diferente: haverá uma Assembleia Geral, para definir os próximos passos da mobilização da categoria; e logo após, os servidores farão uma passeata na Avenida Paulista.

Para o servidor da Justiça Federal de Ribeirão Preto, Renato Zucoloto, a categoria está em um momento decisivo da luta. "Precisamos continuar firmes no movimento grevista, apenas o fortalecimento da nossa mobilização e união é que vai garantir a nossa reposição salarial", declara.

A assembleia acontece nesta quarta-feira, dia 29, às 13h, no TRF-3, na Avenida Paulista.



Servidores públicos federais fazem ato na Paulista e apoiam Repúdio ao Veto

Manifestação será realizada na próxima quarta, dia 29

Os servidores públicos federais de todas as categorias que estão em greve realizarão na próxima quarta-feira, dia 29, às 14h, um grande ato público unificado no vão livre do MASP, na Avenida Paulista.

Eles prometem manter a mobilização até conseguirem o reajuste salarial de 27,3%.

Em seguida, em apoio aos servidores do Judiciário Federal, que também estarão reunidos na Paulista, eles participam do Ato em Repúdio ao Veto e pela reposição salarial.

Estão em greve os servidores do INSS desde o dia 7, com adesão de 70% das agências em todo o estado de São Paulo e 80% no Brasil; técnicos e docentes das universidades federais (em greve desde o dia 28 de maio). Servidores da Fiocruz e do Incra também estão mobilizados.

Trabalhadores do Ipen deliberaram por parar por 24 horas no dia do ato. Os servidores do Ministério do Trabalho e Emprego aderem à greve no dia 29.

Agenda da Greve



Agenda nacional da greve

- Dia 28 - 10h** - Reunião do Comando Nacional de Greve na Fenajufe;
- Dia 29** - Apagão com atos nos estados e "Dia de Repúdio ao Veto"

Agenda Estadual

- Dia 28 - 10h** - Ato TRF-3, na Avenida Paulista
- 10h** - "Marmitão" no TRT-Consolação
- 14h** - Assembleia Setorial da Justiça Eleitoral, TRE-Miquelina
- Dia 29 - 13h** - Assembleia e Grande Ato em Repúdio ao Veto e pela Reposição Salarial, no TRF-3, Avenida Paulista
- Dia 30** - Atividades nos locais de trabalho e em locais específicos
- Dia 31 - 11h** - Reunião do Comando Estadual de Greve, Fórum Pedro Lessa.
- 14h** - Sarau no TRF-3, na Avenida Paulista

www.sintrajud.org.br

facebook.com/Sintrajud

twitter.com/Sintrajud



Jornal do Judiciário



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Elizaldo Veríssimo da Silva, Ênio Ferreira Mathias, Erlon Sampaio de Almeida, Flávio Conrado Junior, Inês de Castro, João Carlos Carvalho da Silva, Jorge Henrique Jacynito Aristóteles, Lucas José Dantas Freitas, Lynira Rodrigues Sardinha, Maria Angélica Olivieri, Maria Helena Garcia Leal, Maurício Rezzani, Raquel Morel Gonzaga, Romeu Egydio Natal Meirelles, Salomão Sousa Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br
 Subsede Baixada Santista: Rua Adolfo Assis, 86 - Vila Belmiro - CEP 11075-360 - Tel.: (13) 3238-3807 Santos/SP - Email: sintrajudsantos3@gmail.com

Editora: Edna Pinson | Jornalistas: Hélio Batista Barboza e Shuellen Peixoto | Colaboração: Hélio Duarte Filho | Diagramação: Roberto Lima | Tiragem: 12.500 exemplares

